

4º Encontro de Estudantes Negros, Negras e Cotistas da UNE

Carta do Cabula

Os gritos de "povo negro unido, povo negro forte", ecoam por toda a Universidade Estadual da Bahia (Uneb) em Salvador, durante a realização do IV Encontro de Estudantes Negros, Negras e Cotistas da UNE - ENUNE. Com mais de 600 participantes vindos de todas as partes do país e uma extensa programação realizamos o maior ENUNE da história da União Nacional dos Estudantes.

O IV ENUNE se realizou no bairro do Cabula onde ha poucas semanas 13 jovens pobres e negros foram brutalmente exterminados pela policia militar, na Vila Moisés, consequência da política de guerra as drogas que atinge as periferias do nosso país cotidianamente.

A realização do ENUNE coincide com uma intensificação, sem precedentes, do cerco político impulsionado pelas forças conservadoras que utilizam todo o aparato dos grandes meios de comunicação para construir uma cultura do medo em toda a sociedade brasileira, a fim de naturalizar o extermínio da juventude negra. O atual conceito/modelo de segurança pública não condiz com os moldes de uma sociedade verdadeiramente democrática. Modelo o qual, só será alcançado quando tiver em seus marcos a priorização da manutenção da vida do povo preto.

A UNE compreende o racismo como um dos principais fatores estruturantes das injustiças sociais que acometem a sociedade brasileira e que, conseqüentemente, é a chave para entender as desigualdades sociais ainda existentes no país. Mais da metade da população brasileira é negra e a maior parte dela é pobre, se apresentando enquanto reflexo histórico do escravismo na formação da sociedade brasileira, apropriado pelo capitalismo. As inaceitáveis distâncias que ainda separam os e as negras dos e das brancas, são frutos desse processo histórico de exploração que faz com que o racismo e o machismo se apresentem estruturalmente nas relações sociais.

A população negra é a mais vulnerável à pobreza. Sete em cada 10 casas que recebem o benefício do Bolsa Família são chefiadas por mulheres negras, segundo dados do estudo Retrato das desigualdades de gênero e raça, do Ipea.

Entre a população negra, a taxa de desemprego é maior que entre a branca. Segundo dados do estudo Retrato das desigualdades de gênero e raça, do Ipea, enquanto o desemprego atinge 5,3% dos homens brancos, entre os negros, o índice chega a 6,6%. Entre as mulheres, a diferença é ainda maior. Entre as brancas, o desemprego é de 9,2% enquanto entre as mulheres negras, ultrapassa os 12%. Já sobre a média salarial, os homens brancos recebem mais que as mulheres brancas, que recebem mais que os homens negros, que apresentam salario mensal maior que o das mulheres negras.

Em 2013, a população branca tinha 8,8 anos de estudo em média, já a negra, 7,2 anos. A diferença, no entanto, já foi maior. Em 1997, as e os brancos chegavam a estudar por 6,7 anos em média enquanto que as e os negros chegavam apenas aos 4,5 anos, isso seria o equivalente ao primeiro ciclo do ensino fundamental. Mesmo assim, a taxa de analfabetismo entre os negros (11,5) é mais de duas vezes maior que entre os brancos (5,2).

No Brasil, o movimento negro tem sido o principal protagonista da luta contra o racismo e contra as enormes distâncias que separam as e os negros das e dos brancos. Trata-se de um conjunto de organizações, fóruns, redes e grupos (formais e informais) de negros e negras, que embora muito diverso e plural, tem como objetivo central a luta antirracista e anticapitalista na busca pela superação das desigualdades raciais.

O principal papel do movimento negro, para além de despertar a consciência na população brasileira dos efeitos e das causas do racismo, é o de lutar, mobilizar nas favelas, periferias, escolas e universidades reivindicando um modelo de sociedade e Estado em que seja central a implementação e o fortalecimento de medidas concretas de superação das desigualdades raciais. Nesse sentido é fundamental que a UNE esteja alinhada aos movimentos negros na luta pela desmilitarização da política e das polícias, contra a redução da maioria penal e fortalecendo os movimentos sociais pela descriminalização, legalização e regulamentação das drogas, entendendo que a política de combate às drogas é o principal fator de extermínio da população negra, jovem e pobre.

Nos somamos a este esforço de lutar contra o racismo e de estender nossas intervenções para além dos muros universitários que por tantas vezes segregaram e seguem excluindo a população negra.

Precisamos fortalecer as forças políticas e as organizações que buscam implementar um novo modelo de desenvolvimento para o nosso país, na qual a luta por uma alternativa democrática e popular fica então caracterizada como uma política de acumulação de forças, necessária para a consolidação da experiência de poder dos trabalhadores e trabalhadoras negros e negras iniciado em 2003.

Por outro lado, esta mesma correlação de forças tem que ser sólida o suficiente para pavimentar a realização de reformas estruturais de cunho antimonopolistas, antiimperialistas, antilatifundiárias e de democratização radical dos meios de comunicação e da esfera pública, articulado com a negação da ordem capitalista que tem no racismo um forte elemento estruturante para a sua manutenção.

O Brasil é um dos países que mais matam no mundo, e assassina principalmente sua população negra e jovem. Setenta e sete por cento das e dos jovens assassinados no Brasil são negros e apenas 8% dos casos chegam a ser julgados pelo judiciário. Esses dados alarmantes nos possibilitam dizer que casos não investigados como os de “autos de resistência”, aborto ilegal e inseguro, e a LGBTfobia, é resultado de um congresso

conservador e de um sistema político corrupto e racista que quer retirar os mínimos direitos já garantidos.

As estruturas de criminalização do nosso povo são reproduzidas, reinventadas e aperfeiçoadas. No passado, nós negras e negros aquilombados, ex-escravizados e adeptos às religiões de matriz africana éramos os alvos; e continuamos sendo, nos bairros populares/periféricos, onde a juventude negra em sua maioria é a “bola da vez”.

Os dados do mapa da violência de 2014 revelam a guerra velada em que o país está imerso, os índices de homicídios são maiores que em países que estão em guerra declarada, também confirmam o genocídio do povo negro, a seletividade da morte violenta e do perfil de criminoso. Segundo o mapa, em 2002 já morriam proporcionalmente 73% mais negros que brancos. Em 2012 esse índice sobe para 146,5%. Logo, percebe-se que enquanto o número de mortes de jovens negros aumenta, o número de jovens brancos mortos diminuiu cerca de 30% no mesmo período.

Nos últimos anos, em um nítido contraste com a melhoria geral das condições de vida da população e o crescente ativismo de segmentos antes excluídos da sociedade, no sistema político brasileiro, são os setores de maior poder econômico que têm conseguido ampliar crescentemente o seu poder de influência sobre partidos, candidatos e, por essa via, sobre os próprios órgãos do Estado, em todas as esferas, federal, estadual e municipal.

Desde a redemocratização, e apesar da consolidação das nossas instituições democráticas, os principais problemas identificados no sistema político brasileiro são o racismo institucionalizado, personalismo e o abuso do poder econômico, responsáveis diretos pelas distorções da democracia brasileira e origem da maioria dos casos de corrupção no país.

Mais de 500 entidades e movimentos organizados conclamaram uma luta pela reforma política e realizaram em 2014 o plebiscito pela convocação de uma Assembleia Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político entre os dias 1 a 7 de setembro, com mais de 7.8 milhões de votos. Em conjunto ao Movimento Coalizão pela Reforma Política Democrática, coordenado pela OAB, CNBB, UNE, CUT e fortalecido por cerca de mais de 100 entidades encaminharam projeto de reforma política ao Congresso Nacional acumulando um patamar inicial importante de mobilização e organização. Precisamos estabelecer, de forma mais nítida, uma relação com a luta do povo negro contra corruptos e corruptores, contra o financiamento privado de campanha, a fim de que o congresso nacional seja um reflexo das mobilizações populares, através de uma Constituinte NEGRA E POPULAR.

Se avançamos na Constituição de 1988 no direito público do voto, o mesmo não se deu em relação ao direito de voz. Esta contradição está no centro do impasse na democracia brasileira. Formada em uma cultura do silêncio, com o passado colonial, uma tradição autocrática de Estado e a formação de um dos sistemas empresariais mais concentrados do mundo, as grandes majorias jamais tiveram direito à voz pública no Brasil. Há um

grande contraste entre o caráter monocrático do poder de voz da direita liberal e conservadora, dos ricos, dos homens brancos, dos adultos, e da heteronormatividade e o pluralismo social, religioso, étnico e cultural do povo brasileiro.

A academia, ao tempo em que ostenta o pretexto oficial de difundir conhecimento, vem atuando muito mais como sufocadora de outros conhecimentos possíveis, valorizando concepções elitistas e coloniais, a partir de imaginários totalizantes, em detrimento de compreensões de mundo historicamente marginalizadas, como o conhecimento popular, a cosmovisão e a cultura das comunidades tradicionais, indígenas e negras.

É importante destacar que, enquanto a política de cotas sociais é implementada para amenizar a profunda desigualdade social em nosso país, a política de cotas raciais é, prioritariamente, instaurada para criar ambientes mais plurais, ou seja, fomentar a diversidade. A reformulação de um currículo que tenha um cunho antirracista, principalmente nas licenciaturas, é necessária para conscientizar as e os estudantes de graduação e também para formar professores orientados para o combate a desigualdade a partir da aplicação da Lei 10.639/11.645 nas escolas de ensino médio, com isso contribuindo para que estes estudantes desenvolvam uma consciência social, e a ampliação da aplicação das citadas leis também no ensino universitário.

As cotas para a graduação são insuficientes para neutralizar as diversas opressões que se operam na própria dinâmica da graduação e, também, devem orientar uma política acadêmica de formação de professores/as negras/os e indígenas. Precisamos garantir a permanência e diminuir o nível de evasão que é protagonizada por mulheres e pelas e pelos negros. É fundamental a preocupação com a implementação de um ambiente acolhedor e inclusivo além da oferta de cursos por turno e diminuição da carga horária mínima da bolsa permanência e a garantia de 2,5 bilhões do PNAES.

As cotas são também uma tentativa de superação do epistemicídio, pois tem o objetivo de incentivar a pluralidade e a diversidade na produção acadêmica que permite a proliferação de conhecimentos distintos na academia. Garantir as cotas em todas as universidades públicas estaduais, a partir da lei estadual de cotas, significa avançar na consolidação da política onde já foi disputado e conquistado, como também enfrentar as instituições mais atrasadas e conservadoras do estado brasileiro que ainda, suprimem a possibilidade de entrada do povo negro nas universidades brasileiras, vide a Universidade de São Paulo (USP) a universidade brasileira mais bem conceituada no que tange a ciência brasileira, que se fecha no reduto elitista, conservador e racista.

Ressaltamos que as cotas para Pós-Graduação, além de intensificar o processo de pluralidade e diversidade na Universidade, com a participação de sujeitos antes excluídos desses espaços, funda novas e criativas formas epistêmicas, a partir de setores que historicamente foram aliados da produção/aplicação, remodelando a própria perspectiva acadêmica a partir desses conhecimentos.

Nós negras e negros organizados, no IV ENUNE, apontamos a necessidade da União Nacional dos Estudantes, impulsionar mobilizações massivas, comitês/coletivos de negras e negros para enfrentar o racismo e pela Reforma Política Negra e Popular, contra todo e qualquer ataque a educação brasileira e as tentativas de retirada de direitos da população negra.

CABULA, 5 DE ABRIL DE 2015